

O uso do morfema zero nas desinências número-pessoais presente na fala de adultos não escolarizados

Nara Maria Fiel de Quevedo Sgarbi¹, Odette G. L. Altman de Souza Campos²

¹ Universidade Estadual Paulista e Centro Universitário da Grande Dourados (UNESP/UNIGRAN)

² Universidade Estadual Paulista (UNESP/Araraquara)

sgarbi1@terra.com.br

Abstract. *This work has as objective to realize if there is, in the speech of non-educated people, certain tendency in substitute the lack of the mark NP (number-personal) by the pronoun presence and if the principle of relevance, also possibilitates the explanation of the linguistic phenomenon morpheme zero. For that, it was searched theoretical support, mainly, in the theoretician Bybee (1985) and Câmara (1972).*

Keywords. *morphology; morpheme zero; relevance.*

Resumo. *Este trabalho tem como objetivo perceber se há, na fala de pessoas não escolarizadas, certa tendência em substituir a falta da marca NP (número –pessoal) pela presença do pronome e se o princípio da relevância também possibilita a explicação do fenômeno lingüístico morfema zero. Para tanto buscou-se apoio teórico, principalmente, nos teóricos Bybee(1985) e Câmara(1972).*

Palavras-chave. *morfologia; morfema zero; relevância.*

1. Introdução

Este trabalho é parte de uma pesquisa que estamos desenvolvendo acerca da concordância/não concordância verbal presente na fala do homem sul-mato-grossense. Para tanto o estudo tomou as teorias da gramática funcional, da variação lingüística e da morfologia para refletir sobre o uso do morfema zero. Nosso objetivo geral é perceber a falta de marcas formais de concordância verbal nas falas de pessoas não escolarizadas, além de observar se há certa tendência em substituir a falta da marca de NP (número-pessoal) pela presença do pronome e se o princípio da relevância, proposto por Bybee (1985), também se aplica enquanto possibilitador do aparecimento do fenômeno lingüístico morfema zero.

Desta forma, no item 2 deste trabalho, apresentamos alguns pressupostos da teoria da gramática funcional e da variação lingüística; Neves (1997) e Labov (1963) e no item 3, apresentamos estudos sobre a morfologia, segundo Bybee (1985) e Câmara (1972) e, em meio a essas reflexões, fazemos a análise do *corpus*, no caso, o relato de duas informantes não escolarizadas, com idades de 40 e 47 anos .

2. A gramática funcional e a variabilidade da língua

A gramática funcional carrega em seus pressupostos teóricos um grande objetivo: o de verificar o modo como determinada língua é usada por seus falantes para fins comunicativos, ou seja, essa teoria de organização gramatical das línguas considera a competência comunicativa, isto é, a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de interpretar essas expressões de maneira apropriada.

A questão primordial de toda abordagem funcionalista de determinada língua é perceber “como se obtém” a comunicação; é ver o modo como os usuários da língua se comunicam proficientemente, ou seja, a competência comunicativa destes usuários. Para Givón (1995), todo funcionalista defende a idéia da não-autonomia lingüística porque a gramática não pode ser entendida sem referência a questões como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultural, mudança e variação. Esta gramática procura unir a teoria da organização gramatical à teoria da interação social, assim ela se torna acessível às pressões do uso, leva em conta a capacidade que as pessoas têm , além de codificar e decodificar expressões, para usarem e interpretarem as expressões de maneira interacional. Dessa forma, a linguagem não é um fenômeno isolado para o funcionalismo como o é para o estruturalismo americano, ela serve para vários propósitos e é atividade cooperativa entre falantes reais que pragmatizam o componente sintático -semântico.

Diante do exposto, podemos afirmar que quando estudamos a falta de marcas formais de concordância verbal na fala dos usuários de determinada língua, estamos adotando os pontos de vista funcionalista e sociolingüístico à medida que tencionamos perceber como agem os usuários de uma língua materna diante da variabilidade lingüística, em outras palavras, como os falantes se entendem, a partir de regras lingüísticas institucionalizadas que perpassam o processo de interação verbal dotado de regras pragmáticas.

Se tomarmos o processo de gramaticalização como aquele em que “... itens e construções gramaticais passam, em determinados contextos lingüísticos, a servir a funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais” (Neves, 1997, p.115), mesmo que esses itens e construções, a princípio, não sejam aceitos pelas regras gramaticais, mas seu uso se intensifique, há a tendência gradual de mudança dos mesmos e, lentamente, estas variantes acabam por substituir as formas primeiras ou ocorrem juntamente a elas. Quanto a não concordância verbal, esta poderia ser entendida à medida que ocorre a generalização de um determinado uso lingüístico. Assim há propensão de que o mesmo passe do âmbito do discurso (com liberdade de escolha) para o nível da gramática (em que se percebe sua

fixação), minimizando ou até mesmo interrompendo a possibilidade de variação com outra ou outras formas.

Portanto, a variabilidade lingüística, essencialmente preocupada em sistematizar a variação existente na língua, percebe na variação os reflexos das estruturas sociais. Como nos indica Tarallo (2003), em cada situação de fala em que nos arraigamos e da qual participamos, notamos que a fala é, a um só tempo, heterogênea e diversificada e, para o teórico, é exatamente o sistema dessa situação de heterogeneidade que deve ser estudado pelos sociolingüístas variacionistas.

De acordo com esses estudos é possível depreender a variação de um fenômeno lingüístico no falar de diferentes grupos de falantes, protegidas as características peculiares de cada grupo, de modo que ao realizar a sua língua o falante acabe por revelar suas condições econômicas, sociais e culturais. Percebemos, dessa maneira, que existe uma forte relação entre as abordagens sociolingüística e funcionalista, no sentido de que ambas se preocupam, sobretudo, em descrever e explicar o uso da língua a partir das interações verbais dos falantes em circunstâncias concretas; abordagens que permeiam a presente investigação.

3. O estudo da morfologia e as análises processadas

Na gramática tradicional, a *morfologia* é o estudo das formas das palavras (flexão e derivação), em oposição ao estudo das funções ou sintaxe. Na lingüística moderna, o termo *morfologia* tem duas acepções principais: a) ou a *morfologia* é a descrição das regras que regem a estrutura interna das palavras, isto é, as regras de combinação entre morfemas-raízes para constituir “palavras” (regras de formação das palavras) e a descrição das formas diversas que tomam essas palavras conforme a categoria de número, gênero, tempo, pessoa e, conforme o caso (flexão das palavras), em oposição à sintaxe que descreve as regras de combinação entre os morfemas léxicos (morfemas, raízes e palavras) para constituir frases; b) ou a *morfologia* é a descrição, ao mesmo tempo, das regras da estrutura interna das palavras e das regras de combinação dos sintagmas em frases. A morfologia se confunde, então, com a formação das palavras, a flexão e a sintaxe, e opõe-se ao léxico e à fonologia. Nesse caso, diz-se, de preferência, *morfossintaxe*.

Segundo Bybee (1985), a abordagem descritiva que percebia a morfologia enquanto estudo da identificação de morfemas, concebendo as palavras divisíveis em partes, como já dito, trouxe consigo problemas, pois nem sempre as palavras se dividem em partes distintas. Podemos citar a palavra “luz” como um exemplo de palavras não divisíveis e a palavra “infeliz” como um exemplo daquelas palavras possíveis de serem divididas em partes específicas. Para a autora, existem unidades semânticas que, aparentemente, não têm expressão na palavra, como é o caso do morfema zero (ausência do morfema). Como exemplificação temos a palavra “filho”, em que a marca de feminino é /-a/ e sua ausência (ou morfema zero) é significativa característica do gênero masculino; ou, ainda, partes de palavras que parecem não ter correspondente semântico, como o morfema vazio (morfema sem significado). Tomamos como exemplo de morfema vazio o caso de /a/; vogal temática do verbo amar, ela só pode ser analisada junto à raiz *am*, mais a terminação *-r-* do infinitivo, ou, também, os casos em que se faz impossível a percepção dos limites entre os morfemas nas palavras (por ocorrer a

fusão); como em *amo* o /-o/ marca, ao mesmo tempo: o modo indicativo, o tempo presente e a primeira pessoa do singular.

Para a lingüista, as propriedades recorrentes do sistema morfológico podem ser explicadas a partir de uma análise comparativa em que expõe sua teoria, defendendo a idéia de que muitas propriedades dos sistemas morfológicos não são arbitrárias como se pensa e que, no que se refere aos diversos usos do morfema zero, existe uma freqüência e uma recorrência para os mesmos, perfeitamente justificadas. Assim, a distribuição do morfema zero não é casual, mas está associada a determinados membros de categorias gramaticais considerados básicos, apontando uma explicação psicológica para estes morfemas: eles são expressões morfológicas que se relacionam diretamente a aspectos semânticos (sentidos expressos) e esta relação que existe entre o significado e a forma não é arbitrária, mesmo na morfologia, que é a mais rígida e convencional área da gramática. Os zeros ou membros não marcados têm, como principal critério de aparecimento, o critério semântico, além dos outros já abordados, pois, enquanto os membros marcados assinalam a presença de uma propriedade, os não marcados são mais genéricos.

Para Câmara (1972, p.94), ao contrário do que sucede com as flexões nominais, o estudo semântico referente ao verbo na língua portuguesa é bastante complexo, pois é no verbo que mais se percebe a incapacidade dos métodos gramaticais tradicionais de serem justos ao interpretarem o sistema gramatical português. E, pontualmente, essa complexidade do morfema flexional verbal decorre da cumulação das noções de tempo, modo, número e pessoa que nele se fazem presentes. Assim, se tomarmos as formas verbais “cantávamos” e “cantava”, teremos o morfema [-mos] como expressão de primeira pessoa do plural, enquanto que na forma verbal “cantava”, esta pode pertencer à primeira ou terceira pessoas do singular, e daí não poderemos depreender nenhuma parte que indique a que pessoa e número faz referência. Temos, então, o morfema zero (Ø) porque esta forma verbal indicará certa ambigüidade. Câmara (1972, p.62) percebe o morfema zero como “[...] a ausência de um morfema, num dado vocábulo, que aparece noutro vocábulo e estabelece com o primeiro uma oposição significativa (...)”, para o lingüista, o singular dos nomes da língua portuguesa (a ausência do morfema /s/de plural) é um exemplo do morfema gramatical zero, assim como, se tomarmos a palavra *pato* em oposição à palavra *patos* e pensarmos que na língua portuguesa o plural é geralmente indicado pelo morfema /s/, teremos, nessa situação, a falta de indicação da forma plural e a flexão não se materializa. Os morfemas flexionais, por estarem dispostos em modelos/paradigmas têm pouca chance de variação. Embora as flexões verbais de número e pessoa sejam obrigatórias, observamos que na língua falada tais marcas ora são utilizadas, ora não, ou seja, ora aplica-se a norma padrão, ora a norma não padrão. Pode-se dizer, portanto, que a flexão verbal encontra-se em processo de variação. Quanto às modo-temporais, elas também estão sujeitas à variação, porém tais variações ocorrem apenas em dois tempos do modo indicativo: no presente e no pretérito perfeito.

Notamos que, por exemplo, nos casos de alguma ausência de morfema número-pessoal, o pronome pessoal “nóis” é uma explicação para o fato porque carrega a idéia de pluralidade. Assim sendo, o falante faz uma economia lingüística como, por exemplo, no seguinte caso: (01)[...] ais veiz... nóis chega cansadu.....

Se recordarmos, ainda, a teoria de Bybee, que discorre sobre alguns princípios determinantes da flexão, temos o princípio da relevância, o qual é um critério semântico em que: “Um elemento significativo é relevante a outro elemento significativo se o conteúdo semântico do primeiro afeta diretamente ou modifica o conteúdo semântico do segundo.” (1985, p.13). Dessa forma, uma categoria será mais relevante caso venha a afetar o significado da raiz verbal (no caso dos verbos), logo a desinência número-pessoal por não atingir o significado da raiz verbal diretamente, acaba sendo menos relevante que a desinência modo temporal.

Esta “menor relevância” é um dos fatores que propicia o aparecimento do morfema zero, especificamente nas desinências número-pessoais. Já, em se tratando das modo-temporais, elas acumulam os valores semânticos de tempo e aspecto e, desta forma, mantêm relação direta com o significado do verbo, sendo “mais relevantes” por estarem presentes só no verbo, havendo, assim, possibilidade de variação. No *corpus* percebemos algumas ocorrências de variação, as quais exemplificamos a seguir:

(01)[...] qui elis fala:...∅ qui é ... ;(03)[...] elis num usa∅ droga nem nada...;(04)[...] elis pergunta...∅ né...;(05)[...] nós gosta∅ dimais DOCÊ... e (06)[...] elis num sabi∅ namorá...

Nestes exemplos elencados, o princípio da relevância ou, no caso, a não relevância, é notoriamente percebido, assim, em 05 o *-mos* não está presente porque faz recorrência externa à significação verbal, marcando a pessoa e não o verbo propriamente dito. Da mesma forma em 06, o *-m* também não aparece; ocorrendo a variação, além de não aparecer, também, nos exemplos 02,03 e 04. Conforme os estudos de Bybee, já por nós mencionados, é a maior relevância que determinará a frequência morfológica de alguns termos. Para a autora, o referido princípio “[...] é proposto para explicar as regularidades do cruzamento lingüístico no significado de afixos verbais e nas suas ordens, bem como o grau de fusão de um afixo com um radical” (1985:211). Exemplificando, temos o seguinte caso: as formas verbais *teve* e *tinha* são mais distintas semanticamente por se diferenciarem aspectualmente, ao passo que as formas *temos* e *têm* são menos distintas por se diferenciarem na pessoa, percebemos que na categoria aspecto as mudanças no radical do verbo são mais frequentes que em outras categorias gramaticais.

Constatamos, no decorrer da pesquisa, que ao buscarmos as ocorrências de ausência de desinência número-pessoal, todas elas apontaram para a “tendência” desse morfema surgir concomitante à indicação número-pessoal expressa por pronomes, ou seja, a não presença dessa desinência verbal na variação foi “substituída” pelo princípio da economia lingüística; neste caso, os pronomes passam a expressar a idéia de número/pessoa.

O quadro que segue demonstra os casos de ocorrência de flexão e não flexão número-pessoal.

Pessoas do plural	Flexão número-pessoal		Não flexão número-pessoal	
Nós	28/133	21%	10/133	7,5%
Vocês	-	00%	20/133	15%
Eles	-	00%	75/133	56,3%

Pudemos observar que houve o predomínio de flexão NP na primeira pessoa do plural (nós), enquanto que na terceira pessoa do plural (eles) a situação se inverteu; houve aí o predomínio da falta de concordância, ou seja, da não flexão, o mesmo ocorreu em se tratando do pronome “vocês”.

4. Considerações finais

Mediante o estudo feito e através das ocorrências percebidas no *corpus*, constatamos que, tal qual os estudos feitos por Bybee, na língua inglesa, as propriedades do sistema morfológico lingüístico pertencentes à língua portuguesa também não são incoerentes. Logo, a relação entre os morfemas zero e seus valores cognitivos, o uso do zero e sua relação com o princípio da economia lingüística e as tendências ao uso destes zeros no lugar de marcas formais, no caso do pronome *a gente*, ocorrem por meio de uma certa sistematicidade.

O *corpus* nos capacitou, ainda, a observar que mesmo sendo obrigatório, na escrita, o uso da desinência verbal número-pessoal, na oralidade, devido ao processo de variação a que as línguas estão sujeitas, é dispensável, ou melhor, sua falta não impede ou compromete a compreensão do que foi dito. Se o falante disser [...] *porque eu sei que elis pergunta...* ou [...] *porque eu sei que eles perguntam...* o zero presente na desinência número-pessoal em nada prejudicará o entendimento da mensagem.

Vimos que a não presença da citada desinência está relacionada, também, à não relevância que ela possui em se tratando do significado do verbo. Assim, a desinência número-pessoal, neste caso, fica “desobrigada” de ser mantida. Juntamente a este fato, verificamos que, tal como supúnhamos ao iniciar a investigação, houve uma tendência na fala dessas pessoas não escolarizadas à substituição da marca número-pessoal pela marca pronominal. Em todas as ocorrências de variação, 78,8% ao todo, vimos que os pronomes substituíram a marca número-pessoal, além de percebermos que a forma mais usada por esses falantes foi a não marcada.

Este trabalho, portanto, autorizou as efetivas afirmações de que a variação no uso da concordância verbal é um fato que está posto em nossa realidade de língua em uso, que tem fatores que favorecem-na e que, da mesma forma como Bybee constatou em seus estudos com a língua inglesa, o princípio da relevância, para a língua portuguesa, é um desses fatores que corroboram neste processo de variação lingüística.

5. Referências bibliográficas

BYBEE, Joan L. *Morphology – A study of the relation between meaning and form*. Amsterdam/Philadelphia : Johns Benjamins Publishing Company, 1985.

CÂMARA, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 03 ed. Petrópolis : Vozes, 1972.

GIVON, T. *Functionalism an Grammar*. Amsterdam/ Philadelphia : Johns Benjamins Publishing Company, 1995.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolingüística*. 7ed. São Paulo: Ática, 2003.